



CÂMARA MUNICIPAL DE ANTONIO OLINTO

CEP 83.980-000 – Rua Gasparina Simas Miléo, 269

INSTALADA EM 24/10/1961

ESTADO DO PARANÁ

PARECER JURÍDICO

1. RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei nº 191/2021, de autoria do Excelentíssimo Senhor Chefe do Poder Executivo, o qual *“Autoriza o chefe do Poder Executivo Municipal a implantar o Programa denominado “Programa de Apoio Rural – PAR” e dá outras providências.”*

Na forma do artigo 208 do Regimento Interno da Câmara Municipal, a propositura foi encaminhada a esta Procuradoria e Consultoria Jurídica, pelo Excelentíssimo Sr. Presidente, para emissão de parecer a respeito da constitucionalidade e legalidade da matéria que busca, em síntese, instituir o Programa de Apoio Rural - PAR.

É o relatório do necessário.

2. FUNDAMENTAÇÃO

O PL 191/2021 pretende, se ao final aprovado, instituir programa de Programa de Apoio Rural – PAR – com a finalidade de fomento e incentivo à produção e desenvolvimento da área rural do Município, no qual a Secretaria de Viação, Serviços Rodoviários e Obras Públicas deverá atuar em conjunto com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente em que esta será responsável pelo recebimento dos requerimentos e aquela pela execução dos serviços.

Os beneficiários serão agricultores, que comprovem a condição de produtor rural, proprietário, arrendatário, meeiro, posseiro ou assentado rural, desde que possua bloco de notas de produtor rural, Declaração de Aptidão ao Pronaf e/ou atestado emitido por entidade de classe (sindicato dos trabalhadores rurais) ou pela Emater-PR em que fique comprovada a atividade agropecuária como sendo a principal fonte de renda e desde que não possua pendência tributária com o Município.

Os serviços prestados estão elencados no art. 7º do PL em tela, sendo alguns deles a execução de serviços de conservação e recuperação de estradas de acesso e dentro das propriedades rurais, realização de terraplanagem, para construção de empreendimentos agropecuários, estruturas agrícolas e residenciais na área rural, transporte de cascalho, dentre outras.

O Poder Executivo concederá subsídio de 50% dos valores dos serviços descritos na tabela SINAPI da Caixa Econômica Federal, conforme art. 16, e realizará os serviços de forma gratuita para os agricultores que apresentarem declaração do PRONAF e estejam inscritos no CadÚnico, após parecer da assistência social (art. 17); para realização de acesso a propriedades (§5º do art. 7º); e em caso de confecção de canteiros para inscritos em programas municipais (art. 16 parágrafo único e art. 7º, VII).

O pagamento deverá ocorrer de forma antecipada através de Documento de Arrecadação Municipal – DAM – e complementado caso seja ultrapassada as horas previstas (art. 19), sendo que do serviço realizado deverá ser realizado relatório pelo motorista/operador de máquinas com as informações das horas e de serviço prestado e cargas entregues (art. 14).



CÂMARA MUNICIPAL DE ANTONIO OLINTO

CEP 83.980-000 – Rua Gasparina Simas Miléo, 269

INSTALADA EM 24/10/1961

ESTADO DO PARANÁ

Ainda se pretende a revogação da Lei nº 592/2005, que trata da matéria.

Em linhas gerais, estes são os pontos de maior relevância.

2.1. – ANÁLISE DA CONSTITUCIONALIDADE MATERIAL E FORMAL

A Carta da República de 1988 concedeu aos municípios a capacidade legislativa para legislar sobre interesses locais, *in verbis*:

“art. 30 – Compete aos Municípios:

I – Legislar sobre assuntos de interesses locais; (...)”

No mesmo norte, cabe invocar o dispositivo da Lei Orgânica Municipal semelhante, senão vejamos:

Art. 13. *Compete privativamente ao Município:*

I – legislar sobre assuntos de seu peculiar interesse;

XXVII – estabelecer o plano agrícola municipal, sintonizado com o da União e do Estado para melhor aproveitamento das terras agricultáveis e para o aumento da produtividade;

“Art. 15. *Compete a Câmara, com sanção do Prefeito, legislar sobre matérias de competência do Município, complementando, inclusive, a legislação federal e estadual, especialmente no que se refere ao seguinte:*

I – assuntos de interesse local, notadamente no que diz respeito: (...)

h) ao fomento da produção agropecuária e à organização do abastecimento alimentar; (...)

o) às políticas públicas do Município;”

“Art. 58. *A produção agropecuária será protegida e fomentada mediante:*

(...)

X – incentivo à agricultura de subsistência para abastecimento de grãos, legumes e hortaliças;

Partindo dos argumentos ora utilizados, haja vista se tratar de assunto preponderantemente de interesse local que visa fomentar o da produção agrícola, dentre as mais diversas culturas, e agropecuária no Município através da criação e desenvolvimento de política pública nesta seara, tem-se que o projeto em tela atende aos requisitos materiais de competência.



CÂMARA MUNICIPAL DE ANTONIO OLINTO

CEP 83.980-000 – Rua Gasparina Simas Miléo, 269

INSTALADA EM 24/10/1961

ESTADO DO PARANÁ

Noutro vértice, o PL em análise encontra-se apto do ponto de vista formal, haja vista se tratar de projeto de iniciativa do Prefeito Municipal, o qual foi devidamente encaminhado para apreciação desta nobre Casa Legislativa.

2.2. – PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DE ESPECIAL RELEVÂNCIA

O Ministério Público Estadual realizou no ano de 2019 a abertura do Procedimento Administrativo nº MPPR-0136.18.000129-1, do qual adveio Recomendação ao Município de Antonio Olinto, em relação justamente a cessão de bens públicos em favor de particulares, com vistas a inibir a prática de *“ações clientelistas e assistencialistas, como mecanismos de auxílio a pessoas ligadas à Administração Pública ou de favores eleitorais.”*

Diante disso e a par do que estabelece a Carta Magna, tem-se que é imperiosa a observância pela administração pública dos princípios constitucionais dispostos no art. 37, caput da Constituição Federal, sobretudo, no caso em comento os princípios da moralidade, impessoalidade e da publicidade a fim de evitar que a administração pública possa se valer da máquina administrativa a fim de obter vantagem indevida para si ou para terceiros.

Portanto, sugere-se aos Edis que tenham especial atenção em relação aos seguintes aspectos do Projeto de Lei em comento:

- Seja avaliada a razoabilidade da prestação de serviço gratuito de conservação de acesso às residências dos munícipes, tal como disposto no § 5º do art. 7º e art. 9º do PL;
- Seja avaliada a razoabilidade da prestação de serviço gratuito de confecção de canteiros para inscritos em programas municipais (art. 16 parágrafo único e art. 7º, VII);
- Seja avaliada a razoabilidade da prestação de serviço gratuito aos agricultores familiares, com PRONAF e inscritos no Cadúnico, após parecer da assistência social (art. 17);
- Seja avaliada a inclusão de procedimentos para a divulgação de inscritos na lista de interessados e na de serviços prestados; e
- Seja avaliada a inclusão de requisitos de observância na ordem para prestação dos serviços;

3. CONCLUSÃO

Nos termos da fundamentação retro, esta Procuradoria opina legalidade da Projeto de Lei nº 191/2021, observadas as considerações feitas neste parecer.

O projeto em questão deve ser apreciado pela Comissão de Finanças, Orçamento e Contas do Município (artigos 100, incisos IV do RI), que deverá examinar e emitir parecer, nos termos dos artigos 263 a 268 do Regimento Interno da Câmara de Antonio Olinto.



CÂMARA MUNICIPAL DE ANTONIO OLINTO

CEP 83.980-000 – Rua Gasparina Simas Miléo, 269

INSTALADA EM 24/10/1961

ESTADO DO PARANÁ

Deve ainda haver pronunciamento da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final a respeito dos aspectos constitucionais e legais e bem como após a apreciação, analisar os aspectos lógicos e gramaticais, na forma do artigo 99, § 1º do Regimento Interno da Câmara.

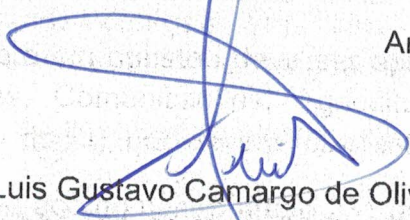
Por último, o projeto em questão deve ser apreciado pela Comissão de Obras e Serviços Públicos, Transportes, Comunicações, Agricultura, Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (artigo 101 do RI), que deverá manifestar-se.

Para aprovação, de acordo com o artigo 231 do RI, o projeto deverá contar com o voto favorável da maioria dos votos, estando presente a maioria simples dos membros da Câmara.

Por fim, é importante destacar que o mérito da matéria constante do projeto deverá ser apreciada pelos nobres Edis, os quais poderão elaborar emendas que entenderem necessárias, respeitada a Constituição Federal, a Constituição Estadual, a Lei Orgânica Municipal, a Lei Complementar nº101/2000 e a Lei Federal nº 4.360/64.

É o parecer que colocamos à apreciação.

Antonio Olinto, 4 de outubro de 2021.



Luis Gustavo Camargo de Oliveira
Advogado